

JORNADA TCFD

RESULTANTE
cebds



O QUE É A TCFD?

Criada em 2015 pelo FSB (*Financial Stability Board*), é uma **iniciativa global** capitaneada por Mark Carney e 31 membros internacionais que incluem investidores, seguradoras, grandes empresas não financeiras, firmas de contabilidade e consultoria e agências de rating.



OBJETIVO

Desenvolver recomendações para divulgações mais eficazes relacionadas ao **clima**.



POR QUE?

Divulgações mais eficazes promovem decisões mais informadas e sustentáveis de investimento, crédito e subscrição de seguros.

Task Force on Climate Related Financial Disclosures

*Força Tarefa para
Divulgações Relacionadas
à Mudança Climática*

governança

A governança da companhia sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

estratégia

Os impactos reais e potenciais de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização.

gestão de riscos

O processo utilizado pela organização para identificar, avaliar e gerir os riscos relacionados às mudanças climáticas.

metas e métricas

Métricas e metas utilizados para avaliar e gerir riscos e oportunidades relevantes relacionados às mudanças climáticas.

GOVERNANÇA CLIMÁTICA

ESTRATÉGIA CLIMÁTICA

GESTÃO DE RISCOS

METAS E MÉTRICAS

Em 2017, o TCFD divulgou recomendações de divulgação financeira relacionadas ao clima, destinadas a ajudar as empresas a fornecer melhores informações para apoiar a alocação de capital informada.

As divulgações de dados relacionados às mudanças climáticas devem ser organizadas em 4 elementos centrais: governança climática, estratégia climática, gestão de riscos e metas e métricas.

METAS E MÉTRICAS

Divulgar as métricas e as metas utilizadas para avaliar e gerir riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sempre que tais informações forem relevantes

a) Informe as métricas utilizadas pela organização para avaliar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas de acordo com sua estratégia e seu processo de gestão de riscos.

b) Informe as emissões de gases de efeito estufa de Escopo 1, Escopo 2 e, se for o caso, Escopo 3, e os riscos relacionados a elas.

c) Descreva as metas utilizadas pela organização para gerenciar os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas, e o desempenho com relação às metas.

GESTÃO DE RISCOS

Divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos relacionados às mudanças climáticas.

a) Descreva os processos utilizados pela organização para identificar e avaliar os riscos relacionados às mudanças climáticas.

b) Descreva os processos utilizados pela organização para gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas.

c) Descreva como os processos utilizados pela organização para identificar, avaliar e gerenciar os riscos relacionados às mudanças climáticas são integrados à gestão geral de riscos da organização.

ESTRATÉGIA CLIMÁTICA

Divulgar os impactos reais e potenciais de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização, sempre que tais informações forem relevantes.

a) Descreva os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas que a organização identificou no curto, médio e longo prazo.

b) Descreva os impactos dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas sobre os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro da organização.

c) Descreva a resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários de mudanças climáticas, incluindo um cenário de 2°C ou menos.

GOVERNANÇA CLIMÁTICA

Divulgar a governança da companhia sobre riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

a) Descreva como o Conselho supervisiona os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

b) Descreva o papel do Conselho na avaliação e gestão de riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.



MÉTRICAS

As métricas relacionadas ao clima ajudam organizações a entenderem os impactos potenciais do clima, os riscos e oportunidades ao longo de um período de tempo especificado.

ÚTEIS

Devem ser relevantes para os riscos e oportunidades da organização e úteis para tomada de decisão.

VERIFICÁVEIS

São capazes de apoiar controles internos eficazes para fins de verificação e garantia de dados.

COMPREENSÍVEIS

Devem ser apresentadas de uma maneira clara, e quaisquer limitações e cuidados devem ser declarados explicitamente. ex: inventário de GEE, preço Interno de carbono, etc.

RASTREÁVEIS & CONSISTENTES

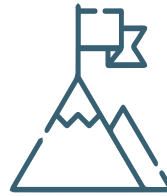
Devem ser calculadas e divulgadas de forma consistente de ano para ano, a fim de facilitar análises comparativas e de tendências.

ALINHADAS COM A TCFD

Devem estar ligadas aos processos da Organização como governança, estratégia e gestão de risco.

OBJETIVAS

São isentas de preconceito e valor julgamento.



METAS

Assim como as Métricas, as metas também precisam seguir alguns princípios básicos para que sejam efetivas.

COM BASE EM MÉTRICAS CONHECIDAS

Devem ser baseadas em um conjunto de métricas reconhecidas

ESPECIFICADAS AO LONGO DO TEMPO

Devem ser definidas claramente ao longo do tempo e especificar linha de base, horizonte de tempo e metas intermediárias.

REVISADAS E ATUALIZADAS

As organizações devem revisar as metas a cada cinco anos e atualizar, se necessário.

QUANTIFICADAS E GRANULARES

Devem ser quantificadas e granulares o suficiente para permitir seu rastreamento

ALINHADAS COM A VISÃO ESTRATÉGICA E CIÊNCIA

Devem estar alinhadas e apoiar a estratégia e os objetivos estratégicos de uma organização e devem ser informadas pela previsão da empresa e pela ciência do clima.

RELATADAS ANUALMENTE

O progresso das metas deve ser relatado anualmente.

JORNADA PARA O NET ZERO

De acordo com o IPCC, para manter o aquecimento em 1,5 ° C, as emissões devem chegar a “net zero” até 2050. O “net” em net zero significa quaisquer emissões residuais de indústrias difíceis de abater precisam ser removidas da atmosfera por meio de soluções tecnológicas ou baseadas na natureza.

O que significa atingir emissões líquidas zero no âmbito corporativo?

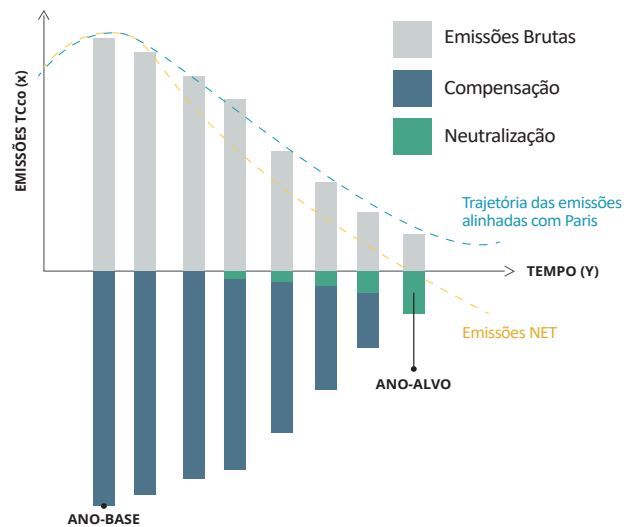
Alcançar um estado de emissões líquidas-zero para empresas coerentes com a obtenção de emissões líquidas-zero globais, mantendo o alinhamento aos objetivos da sociedade em termos de clima e de sustentabilidade, implica em duas condições:

- Alcançar uma escala de reduções de emissões da cadeia de valor que seja consistente com a profundidade da redução alcançada em trajetórias que limitam o aquecimento a 1,5°C, sem overshoot ou com overshoot limitado e;

- Neutralizar o impacto de qualquer fonte de emissões residuais que permaneça inviável de ser eliminada, removendo permanentemente esta quantidade equivalente de dióxido de carbono atmosférico, por meio de tecnologias ou soluções baseadas na natureza.

NET ZERO 2050

Durante a trajetória de redução, as emissões que não forem reduzidas serão compensadas anualmente e em 2050 se houver emissões residuais as mesmas serão neutralizadas.



MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO

São as medidas que as empresas adotam a fim de ajudar a sociedade a evitar ou reduzir as emissões fora da sua cadeia de valor.

MEDIDAS DE NEUTRALIZAÇÃO

Aquelas medidas que visam remover o carbono da atmosfera dentro ou fora da cadeia de valor.

Ambas estão sendo utilizadas pelas empresas com o objetivo de compensar as emissões:

1. Durante a transição para as emissões líquidas-zero: as empresas podem optar por compensar ou neutralizar as emissões que ainda estão sendo lançadas na atmosfera ao mesmo tempo em que transitam para o estado de emissões líquidas-zero;
2. Ao alcançar as emissões líquidas-zero: espera-se que as empresas que possuam emissões residuais em sua cadeia de valor neutralizem essas emissões com a quantidade equivalente de remoções de dióxido de carbono.

GESTÃO DE RISCOS

A melhor divulgação dos principais impactos dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas para a organização é um dos principais objetivos da TCFD.

RISCOS DE TRANSIÇÃO

Riscos de política e legais
Risco Tecnológico
Risco de Mercado
Risco de Reputação

RISCOS FÍSICOS

Riscos agudos
Riscos crônicos

TIPOS DE OPORTUNIDADE

Eficiência de recursos
Fonte de energia
Produtos e Serviços
Mercados
Resiliência

RISCOS DE TRANSIÇÃO

A transição para uma economia de baixo carbono pode acarretar grandes mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados às mudanças climáticas.

RISCOS DE POLÍTICA E LEGAIS

As ações políticas em torno das mudanças climáticas continuam a evoluir. Seus objetivos geralmente se enquadram em (i) ações políticas que buscam restringir ações e (ii) ações políticas que buscam promover a adaptação às mudanças climáticas.

RISCO TECNOLÓGICO

Melhorias ou inovações tecnológicas que sustentam a transição para um sistema econômico de baixo carbono e de eficiência energética podem ter um impacto significativo nas organizações.

RISCO DE MERCADO

Embora os mercados possam ser afetados pelas mudanças climáticas de formas diferentes e complexas, uma das principais maneiras é através de mudanças na oferta e na demanda de certas commodities e certos produtos e serviços.

RISCOS FÍSICOS

Os riscos físicos podem ter implicações financeiras para as organizações, como danos diretos aos ativos e impactos indiretos causados pela interrupção na cadeia de suprimentos. O desempenho financeiro das organizações também pode ser afetado por mudanças na disponibilidade, abastecimento e qualidade da água; na segurança alimentar; etc

RISCO AGUDO

Riscos físicos agudos são aqueles motivados por eventos, incluindo o aumento da gravidade de eventos climáticos extremos, como ciclones, furacões ou inundações.

RISCO CRÔNICO

Riscos físicos crônicos referem-se a mudanças de longo prazo nos padrões climáticos que podem causar aumento do nível do mar ou ondas de calor crônicas.

RISCO DE REPUTAÇÃO

As mudanças climáticas foram identificadas como uma possível fonte de risco de reputação associado a mudanças na percepção de clientes ou comunidades sobre se a organização contribui para ou atrapalha a transição para uma economia de baixo carbono.

IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS

- 1 Definição de escopo/unidades/ativos
- 2 Definição de espaço temporal (curto, médio e longo prazo)
- 3 Definição de impacto financeiro/estratégico
- 4 Identificação de riscos e estabelecimento de cenários
 - Probabilidade
 - Magnitude
 - Confiabilidade do modelo climático
 - Percepção das áreas
 - Ponderação

GESTÃO DE RISCOS

Com base na identificação e quantificação dos riscos climáticos a empresa deve criar um fluxo de informações que aborde:

- 1 Como será feita a tomada de decisão para priorização de riscos?
Qual a ponderação e qual será a escala de risco.
- 2 Quem será o responsável pelo risco?
É necessário indicar um responsável pelo risco, que deve rever e ser responsável pela gestão do risco bem como revisar e/ou indicar qualquer mudança nos processos que possam alterar ou ampliar o risco identificado.

4

Ações de mitigação e/ou de adaptação para reduzir a exposição ao risco.

Devem estar alinhados com o plano estratégico da empresa e ambição de longo prazo na agenda climática.

3

Processo de decisões (comitês/ reuniões) que serão utilizados para realizar a gestão do risco, além de como será feita sua comunicação para alta direção, tomada de decisão e comunicação.

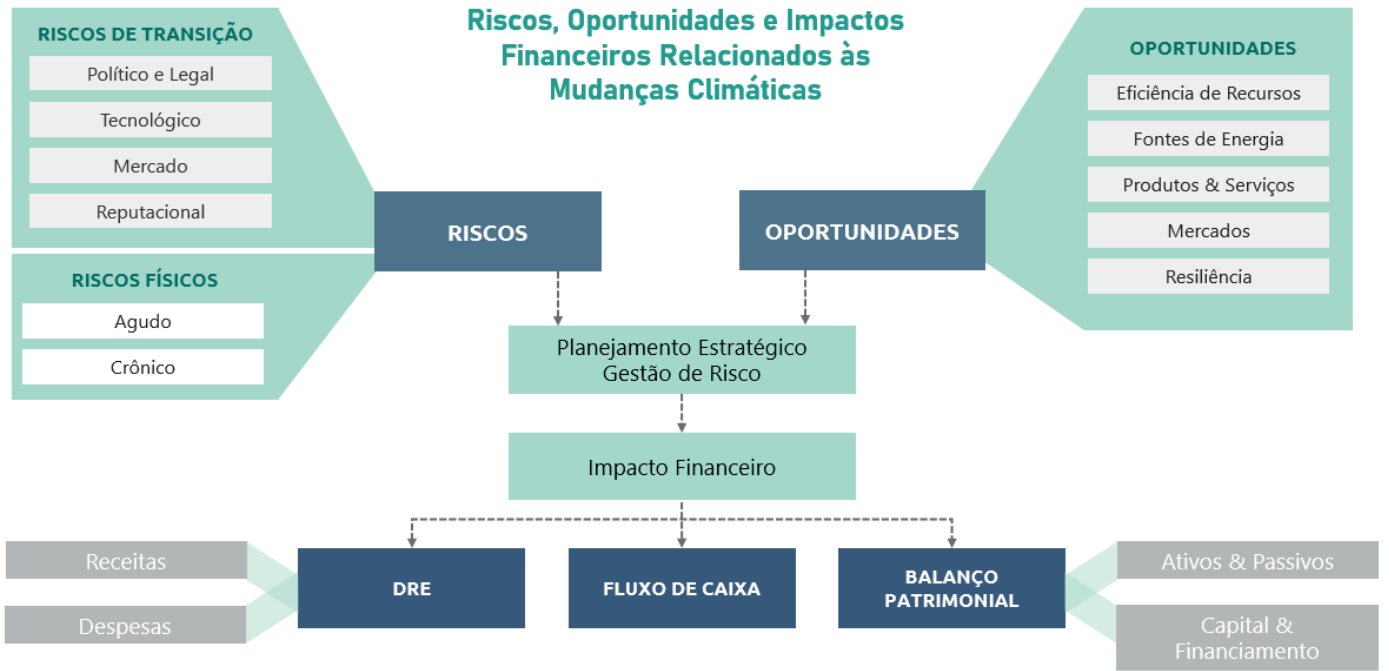
OPORTUNIDADES CLIMÁTICAS

- 1 Definição de escopo/unidades/ativo
- 2 Definição de espaço temporal
- 3 Definição de impacto financeiro e estratégico

4

Identificação de oportunidade e estabelecimento de cenários

- Probabilidade / Confiabilidade do modelo climático
- Percepção das áreas (ESG/ Sustentabilidade/ Operação/ Estratégia)
- Mapeamento de oportunidades frente ao plano estratégico da empresa no longo prazo



ESTRATÉGIA

Investidores e outros stakeholders precisam entender como as questões relacionadas às mudanças climáticas podem afetar os negócios, a estratégia e o planejamento financeiro das organizações no curto, médio e longo prazo. Essas informações são utilizadas para fundamentar expectativas sobre o desempenho futuro das organizações.

Dado que a empresa identificou e avaliou riscos e oportunidades de acordo com os processos explicitados na seção 'Gestão de Riscos', o reporte da Estratégia de Negócio deve:



Prover clareza sobre o processo de avaliação de definição da materialidade dos riscos e oportunidades



Trazar quais premissas foram consideradas para definir valores de impacto financeiro



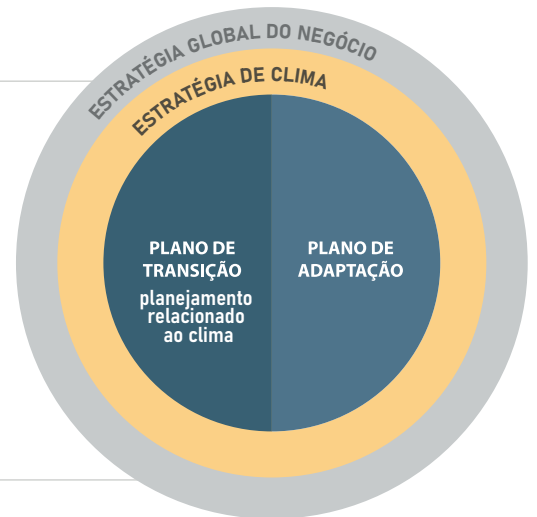
Explicitar as estratégias de resposta ao risco ou materialização da oportunidade

PLANO DE TRANSIÇÃO

Uma empresa deve desenvolver um plano de transição como componente de sua estratégia caso esta esteja exposta a riscos de transição climáticos.

Ou seja, caso opere em uma região que possua compromissos de redução de emissões, tenha estabelecido um compromisso de redução de emissões ou almeje alcançar as expectativas de redução de partes interessadas, especialmente investidores e credores.

1. Comunicado como parte de uma estratégia mais ampla da empresa
2. Ancorado em elementos quantitativos, incluindo métricas e metas climáticas
3. Aprovado e supervisionado pelo conselho
4. Factível e associado a iniciativas específicas
5. Detalhado e verificável



ANÁLISE DE CENÁRIOS

1

Garantir que a governança está bem definida

Para integrar análise de cenários no planejamento estratégico, é necessário definir quais comitês/subcomitês supervisionará o processo. Identificar que stakeholders internos (e externos) serão envolvidos e como (Governança).

2

Avaliar a materialidade dos riscos climáticos

Qual é a exposição atual e antecipada a riscos e oportunidades climáticas? Estes possuem potencial de se tornar material no futuro? Há preocupação de stakeholders sobre os riscos? (Gestão de Risco)

4

Avaliar impactos dos negócios

Avaliar as ameaças potenciais na estratégia e posição financeira da empresa em cada um dos cenários definidos. Identificar as principais sensibilidades.

3

Identificar e definir os cenários

Quais cenários (e narrativas) são apropriadas, dada a exposição da empresa? Considerar quais serão os parâmetros de entrada, premissas e abordagens analíticas. Que cenário de referência será utilizado?

5

Identificar potenciais respostas

Utilizar os resultados para identificar decisões realistas para gerir os riscos e oportunidades identificados. Que ajustes ao planejamento financeiros e estratégico deveria ser feito?

6

Documentar e divulgar

Documentar o processo e comunicar às partes interessadas.

GOVERNANÇA

Investidores e outros stakeholders estão interessados em entender o papel que o conselho das organizações desempenha na supervisão de questões relacionadas às mudanças climáticas, bem como o papel da administração na avaliação e gestão dessas questões. Essas informações servem para avaliar se questões relacionadas ao clima recebem atenção apropriada do conselho e da administração



3. Estrutura do conselho

Como responsáveis pela performance e resiliência no longo prazo, o conselho deveria determinar a forma mais efetiva de integrar questões climáticas em sua estrutura e comitês.



6. Incentivos Financeiros

O conselho deveria garantir que incentivos a executivos estão alinhados com a promoção da prosperidade no longo prazo para a companhia. O conselho pode considerar a inclusão de metas e indicadores climáticos nos esquema de remuneração dos executivos, onde apropriado.



1. Responsabilidade climática dos conselhos

O conselho é responsável por informar aos shareholders a estratégia de longo prazo da empresa. Dessa maneira, o conselho deveria ser responsável pela resiliência de longo prazo em relação a mudanças potenciais no ambiente de negócio como efeito das mudanças climáticas.



2. Comando em relação a questões climáticas

O conselho deveria garantir que sua composição é suficientemente diversa em conhecimento, habilidades, experiência e background para efetivamente debater e tomar decisões informadas pela conscientização e entendimento de ameaças e oportunidades climáticas.



4. Avaliação de materialidade de riscos e oportunidades

O conselho deveria garantir que a gestão avalie a materialidade de curto, médio e longo prazo de riscos e oportunidades climáticas da empresa de maneira continuada. Além disso, o conselho deve garantir que as ações da organização e respostas às questões climáticas sejam proporcionais a materialidade do tema à empresa.



5. Integração organizacional e estratégica

O conselho deveria garantir que questões climáticas sistematicamente informem o planejamento de investimentos estratégicos e os processos de tomada de decisão. Além disso, as mudanças climáticas devem estar integradas na gestão de riscos e oportunidades dentro da organização.



7. Reporte e transparência

O conselho deveria garantir que riscos, oportunidade e decisões estratégicas são consistentemente e transparentemente reportados para todos stakeholders – particularmente a investidores e, quando necessário, a reguladores. Estes reportes deveriam ser feitos em formulários financeiros, como em formulários de referência e estar sujeitos à mesma governança que relatos financeiros.



8. Conversar

O conselho deveria manter conversas e diálogos com pares, formuladores de política, investidores e outras partes interessadas para encorajar o compartilhamento de metodologias e manter-se informado sobre os últimos riscos climáticos relevantes, requisitos regulatórios, etc.



85% das companhias reportam sobre a gestão de riscos ESG, mas cerca de metade (47%) relaciona a agenda à gestão de riscos corporativos e apenas 27% dão visibilidade à governança do tema na companhia.



80% das empresas produzem um relatório anual ou de sustentabilidade e 66% adotam padrões internacionais na produção destes documentos. No entanto, apenas 36% possuem processos de asseguaração destas informações.

Qualidade de informações ainda é uma lacuna.

No Brasil, o tema da TCFD já está em processo de regulação pelos agentes do setor financeiro, o Banco Central já publicou uma série de resoluções que tratam do gerenciamento de riscos sociais, climáticos e ambientais por parte dos bancos e estabelecem regras para um reporte dessas questões que passará a ser obrigatório para as instituições financeiras a partir de 2023. A CVM deve publicar em breve uma alteração no seu Formulário Referência, tornando obrigatório que empresas listadas reportem sobre riscos climáticos alinhados com as recomendações da TCFD. E a SUSEP está em processo de consulta pública para revisar a gestão de riscos e avaliação dos investimentos com critérios de sustentabilidade.